

Mauro Sammarco

Presidente da Associação Comercial de Santos (ACS)



# A falência das nossas instituições

A democracia se sustenta em pilares essenciais, entre eles instituições fortes, independentes e respeitadas. Não existe Estado de Direito quando essas instituições perdem a capacidade de agir com firmeza, isenção e credibilidade. Para serem respeitadas, precisam ser rigorosas na apuração de irregularidades e inflexíveis na aplicação de penalidades. Sem isso, a autoridade moral se esvazia e resta apenas uma estrutura formal, sem legitimidade.

No Brasil, esse desgaste vem ocorrendo há décadas. Crises políticas sucessivas e escândalos de corrupção quase rotineiros minaram a confiança da população. O Legislativo e o Executivo perderam grande parte de sua credibilidade, com presidentes depostos, parlamentares afastados e ministros envolvidos em denúncias. Esse histórico contribuiu de forma decisiva para a profunda polarização política atual.

O momento, porém, é ainda mais grave. Outros pilares da democracia, que deveriam atuar como contrapesos institucionais, passaram a ser vistos co-

## AGENDA ACS



ATÉ DIA 31

**Exposição Cabaças de Axé - Orixás em Nós**

Na sede da Associação Comercial de Santos, na Rua XV de Novembro, 137, Centro. De segunda a sexta, das 8h às 18h

mo excessivamente politizados. Isso gera a sensação de que não existe mais uma instância confiável a quem recorrer. Quando a sociedade passa a acreditar que “ninguém nos representa” e “ninguém nos protege”, a própria ideia de democracia perde sentido.

O caso do Banco Master é emblemático. Trata-se de um episódio que exige apuração rigorosa, técnica e transparente. A sociedade precisa conhecer os fatos, as responsabilidades e as consequências. Contudo, o que se observa são disputas entre instituições e movimentos que mais parecem ten-

tar abafar o caso do que esclarecê-lo. Quando a proteção de interesses se sobrepõe à busca da verdade, a confiança pública se dissolve.

A Suprema Corte, já alvo de crescente desconfiança, transmite sinais preocupantes de afastamento do sentimento popular de justiça. A percepção de que pode minimizar um dos maiores escândalos financeiros da história do País é devastadora para sua credibilidade. Nenhuma democracia sobrevive quando seu tribunal máximo deixa de ser visto como guardião da Constituição e passa a ser percebido como ator político.

O problema se agrava quando outros órgãos de controle também apresentam atuações controversas. Em vez de um sistema harmônico de freios e contrapesos, surge um emaranhado de disputas institucionais, em que cada um parece agir mais em defesa própria do que do interesse público.

As consequências aparecem no cotidiano. Vivemos uma deterioração social visível, em que a insegurança dei-

xa de ser exceção e passa a ser normalizada. Os roubos sistemáticos de fios de energia no Rio de Janeiro, que deixaram bairros inteiros sem luz, são um retrato de um Estado fragilizado e incapaz de impor autoridade de forma contínua.

Ao mesmo tempo, empresas de fachada se multiplicam, esquemas ilegais se sofisticam e o contraventor passa a conviver ao lado do cidadão de bem como se isso fosse natural. A ilegalidade se infiltra no cotidiano e vai sendo aceita como inevitável. Essa banalização do caos talvez seja o aspecto mais perigoso de todos.

Estamos perdendo não apenas a luta contra a corrupção ou contra o crime, mas contra a corrosão dos valores que sustentam a convivência em sociedade. Quando se perde a fé nas instituições, perde-se também a confiança no futuro, no mérito, na justiça e na própria ideia de coletividade.

Sem um movimento firme, organizado e consciente da sociedade civil por mudanças estruturais e verdadeiramente republicanas, continuaremos a assistir ao esvaziamento da democracia. E, pouco a pouco, perderemos algo muito mais precioso do que estabilidade política: a nossa liberdade.